

A FASE DA OCUPAÇÃO CABOCLA NO SUDOESTE DO PARANÁ, O VALOR DE USO COMO DETERMINANTE DA PRODUÇÃO MATERIAL

Roselaine Navarro Barrinha da Silva
Aidon Fernando Thomas

RESUMO

O Sudoeste do Paraná é uma região bastante peculiar do ponto de vista da formação do seu povo. A base da população está assentada nos gaúchos e catarinenses, mas não se pode dizer que a ela se resume, pois o componente caboclo, além do indígena, teve presença marcante na sua constituição. O processo histórico que culminou com a ocupação da região envolve uma série de transformações ocorridas especialmente nos demais estados do sul do país. Vale ressaltar que essa ocupação não se restringe à do colono oficial, mas também à do caboclo, que a ele antecedeu. Tais transformações envolvem necessariamente a luta pela manutenção das condições de produção, mais especificamente, a luta pela terra. Entender que a ocupação do Sudoeste do Paraná é resultado da ação do indivíduo enquanto sujeito histórico é fundamental para a compreensão da realidade contemporânea. Dessa forma, o presente estudo, sob o título “A fase da ocupação cabocla no Sudoeste Paranaense, o valor de uso como determinante da produção material”, a partir do método do materialismo histórico, tem por objetivo revisitar e apreender a fase da ocupação cabocla no Sudoeste Paranaense, como parte do avanço do modo de produção capitalista em outras regiões. Assim, se espera através dos resultados e discussões evidenciar de onde advém essa população, o que a desloca de sua região de origem e a fixa nesta, bem como dela a afasta, qual o seu modo de reprodução material e em que ele difere do modo desenvolvido pelo colono oficial, é este o caminho que se percorre. A resposta a tais questões evidencia por sua vez, na conclusão, que a lógica da produção material sob o capitalismo, nega formas de reprodução materiais que não as pautadas na lógica do valor de troca. Sendo assim, o avanço da acumulação capitalista provoca, junto com a ocupação oficial da região Sudoeste, a negação da lógica de produção que até então fora ali vigente.

PALAVRAS CHAVE: Ocupação cabocla; Sudoeste paranaense; Valor de uso.

1 INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Paraná teve o seu povoamento iniciado na década de 1940. De acordo com a classificação do IBGE¹ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a mesorregião Sudoeste do Paraná compreende três microrregiões, a de Capanema, a de Francisco Beltrão e a de Pato Branco. Por esta classificação ela é constituída de 37² municípios e ocupa uma área de 11.651 Km², compreendendo, portanto, 5,85% da área total do Estado do Paraná. Dos municípios que a integram, Francisco Beltrão e Pato Branco aparecem como principais pólos regionais em

¹ Os critérios de classificação das regiões do IBGE remontam a 1990.

² Microrregião Capanema: Ampere, Bela vista da Caroba, Capanema, Planalto, Pranchita, Pérola do Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste; Microrregião de Francisco Beltrão: Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antonio do Sudoeste; São Jorge do Oeste, Verê; Microrregião de Pato Branco: Bom sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Mariópolis, Pato Branco, Saudade do Iguaçu, Sulina, São João, Vitorino.

função do seu volume populacional³, do seu nível de urbanização e da sua expressividade econômica. No que tange aos seus limites territoriais, o sudoeste se localiza entre a margem esquerda do rio Iguaçu e o oeste catarinense; a leste, ela faz divisa com a região dos Campos de Palmas, no Paraná; a oeste, a região se estende até a fronteira com a Argentina.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, a população total residente no Sudoeste Paranaense era de 500.431 mil habitantes, representando 4,79% do total do Paraná. Em 2008, as estimativas populacionais do IBGE acusavam um aumento para a região de 16 mil habitantes, com relação ao ano anterior. Em 2007 o recenseamento havia totalizado para a região um montante de 476.540 habitantes. Em 2008 as estimativas eram de que a população atingiria o total de 492.223. Em 2010 evidenciou-se, portanto, um crescimento populacional efetivo de 23.891 habitantes com relação a 2007. De uma forma geral, predomina na região a população urbana. No entanto, é significativa ainda a participação da população rural, especialmente naqueles municípios menores. Se estabelecermos um comparativo da região com o Estado, veremos reforçado este aspecto. No Sudoeste Paranaense, a população rural representa 30,12% da total, enquanto que no Estado esta participação é de 14,67%. Esta expressividade da população rural na região, marcadamente de pequenos produtores justifica inclusive a atenção que ela tem recebido da parte do governo federal. Um exemplo desta importância foi o lançamento do Plano Safra 2011/12, realizado no município de Francisco Beltrão, com a participação da Presidente da República⁴.

A população do Sudoeste Paranaense tem por base os gaúchos e os catarinenses. Estes, por suas vez, eram filhos e/ou netos de colonos alemães e italianos, que desde o final do século XIX haviam se dirigido para o sul, especialmente para o Rio Grande do Sul. No entanto, é preciso destacar que, além dos gaúchos e catarinenses, também os caboclos oriundos dos campos de Palmas tiveram participação neste processo. Quando os migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina chegaram ao Sudoeste do Paraná, encontraram ali a presença do caboclo, a terra não estava, portanto, vazia. De uma forma geral, nos campos de

³ Dos três municípios mencionados, Francisco Beltrão é o que possui maior volume populacional, em torno de 70.000 habitantes, sendo seguido por Pato Branco, com cerca de 63.000 habitantes e Dois Vizinhos, que apresenta números próximos a 50.000 habitantes.

⁴ O Plano Safra 2011/12 foi lançado oficialmente em 12 de julho de 2011, no município de Francisco Beltrão – PR.

Palmas e de Guarapuava se desenvolvia uma pecuária extensiva, os caboclos eram agregados das terras e nelas trabalhavam como peões, cuidando do gado. No início do século XX, conforme destaca Wachovicz (1987), já havia certa pressão demográfica, o que teria levado à dispensa desta mão de obra por parte dos fazendeiros e, ao seu conseqüente deslocamento para a região de mata localizada no Sudoeste do Paraná. A fixação dessa gente no novo território marca, portanto, a sua busca pela sobrevivência.

A influência do caboclo na constituição da população regional ainda hoje é visível – mesmo que em menor intensidade, quando comparado ao conjunto da sua população –, haja vista a presença de seus traços específicos na gente que atualmente conforma região. Tendo em vista o exposto, é objetivo do presente trabalho tratar especificamente da fase da ocupação cabocla no Sudoeste Paranaense. Interessa apreender de onde eles vêm, por quê vem, como vivem – qual a sua lógica produtiva -, e porque deixam a região. Vale ressaltar que o método de pesquisa aqui utilizado é o do materialismo histórico, que evidencia o papel do sujeito como agente histórico, como sujeito da mudança. Nessa perspectiva, o Sudoeste Paranaense que hoje se apresenta, é o resultado de um processo histórico que movimenta os indivíduos de uma região para outra na sua busca pela manutenção das condições de produção. Vale ressaltar que o resgate e a compreensão da fase da ocupação cabocla é importante, na medida em que reforça o papel desempenhado por esta gente na conformação regional e ainda, evidencia que a referida fase está necessariamente entrelaçada ao processo de desenvolvimento capitalista que ao avançar em outras regiões impacta na transformação da região que este estudo contempla.

2 AS RAÍZES DA POPULAÇÃO: CABOCLOS E ÍNDIOS

Quando se está no Sudoeste do Paraná e se pergunta a qualquer cidadão comum as raízes históricas da população, salvo raras exceções eles respondem: “Ah, aqui é tudo alemão e italiano, um ou outro que é bugre⁵”. Tal afirmativa é corroborada por diversos estudos que pouco ou nenhum destaque deram à fase da ocupação cabocla, o que se deve em grande monta, à própria forma que essa gente

⁵ Na região se usa o termo bugre para designar tanto o índio quanto o caboclo. Bugre é o “não branco”.

garantia a sua sobrevivência⁶, baseada preponderantemente na coleta/caça daquilo que a mata oferecia e com vistas apenas à subsistência. Sendo assim, quando esse sujeito dá espaço aos “colonos” oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, as suas marcas são, de certa forma, facilmente eliminadas.

Além dos caboclos a região era ocupada por índios, especialmente os kaingangues, no entanto parece que a estes não cabe de fato a qualificação de pioneiros, que também não foi atribuída ao caboclo, ainda que ao menos parcialmente ela lhe caiba por direito, pois eles definitivamente colaboraram no sentido de “desbravar” essas terras, e torná-las propícias à ocupação posterior. Mas quem é efetivamente o caboclo, qual sua origem étnica? O conceito de caboclo se refere fundamentalmente à origem étnica possuída pelo indivíduo? Estas são questões importantes, para identificá-lo tanto na história escrita, quanto na linguagem cotidiana presente na população que vive no sul do país.

De acordo com Della Flora (2005, p. 34) o caboclo é o resultado do “processo de aculturação e submissão dos nativos, algumas vezes associado à miscigenação racial” e, neste sentido, no sul como no restante do Brasil, ele poderia ser considerado como integrante de “uma população nova, herdeira da cultura tribal”. Ainda de acordo com a referida autora, “essa verdadeira civilização vivia, sobretudo nas regiões florestais, desvalorizadas pela economia pastoril.” Apesar de tal definição, Della Flora ratifica no mesmo parágrafo, que “com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência”.

Carvalho (2009), por sua vez, ao tratar do tema da Guerra do Contestado, ocorrida no sul do país, cita diversos trechos de documentos, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional, agregado ao então Ministério da Agricultura e Comércio, nos quais se faz referência ao caboclo como “o nacional”. Num destes documentos aparece a seguinte fala: “Estes [os trabalhadores

⁶ De acordo com Abramovay (1981) e Santos (2008) essa aparente invisibilidade do período da ocupação cabocla na região do sudoeste paranaense só pode ser apreendida a partir do próprio processo de exclusão social ao qual ele foi submetido, e que redundou praticamente na substituição de um povo por outro. Considerando-se que o seu modo de produzir estava assentado numa forma natural, que envolvia a caça, a coleta de frutos e o plantio de pequenas lavouras de subsistência, especialmente milho e mandioca, em clareiras abertas na mata, não é difícil entender que a substituição dessa forma de produção por outra – a do colono, pautada numa agricultura de caráter extensivo – ao menos em seu período inicial - acabasse praticamente por apagar tais marcas. O chamado “modo de produção” do caboclo estava, portanto, pautado fundamentalmente na subsistência. Os eventuais excedentes, do milho, da mandioca, animais caçados ou porcos e aves, por eles criados, eram trocados em mercados próximos, por produtos de sua necessidade, como por exemplo, o sal.

nacionais] são, estou convencido, os descendentes dos herdeiros dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, agora, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores.” (CARVALHO, 2009. P. 112)

O objetivo do referido órgão era, conforme ratifica o mesmo autor (2009, p. 112), “[...] torná-lo um colono”, pois quando comparado aos filhos dos imigrantes que ocupavam o sul do país no início do século XX, ele era tido como um inútil tanto para a sociedade quanto para si mesmo, haja vista que sua forma de reprodução social estava voltada tão somente para a perpetuação das relações de subsistência na qual se mantinha, evidenciando uma forte relação com a terra e a natureza. Neste sentido, a racionalidade cabocla era estranha à lógica mercantil, pois que voltada para o uso dos recursos que obtinha junto à natureza, apenas na medida em que atendessem suas necessidades básicas.

Confirmando esta lógica de negação frente ao modo de vida do caboclo, o governador do Estado de Santa Catarina - Estado que foi o segundo em número de migrantes que se dirigiram para o sudoeste paranaense - afirmou em 1916, que se impunha ao Estado “a necessidade de trazer as populações do interior ao convívio da *civilização* pela abertura de vias de comunicação, pelas estradas de ferro que facilitem o comércio dos produtos e o comércio das idéias, dando-lhes “prosperidade econômica, processos novos de trabalho e vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre.” (CARVALHO, 2009, p. 119)

Considerando o exposto, parece pertinente aceitar a identificação de Della Flora, ou seja, o caboclo como sendo aquele indivíduo, que a despeito das características étnicas, possuía uma relação com a terra na qual não estivesse impressa a lógica mercantil, mas sim voltada para a subsistência. Outra qualificação de necessária agregação à anterior é a questão da relação de ocupação da terra. Conforme cita a mesma autora (2005, p. 35), esta se dava “pelo sistema de posse propriedade” e “em caráter temporário e cíclico”; daí depreende-se que, “o caboclo vivia em uma civilização que estabelecia escassas raízes com a terra que explorava transitoriamente”.

Como já mencionado, até 1940, a região sudoeste do Paraná era quase insignificante do ponto de vista populacional; os poucos habitantes que ali se encontravam constituíam uma população cabocla, cuja origem se deve a três fontes principais, conforme mencionou Abramovay (1981, p. 20-1):

- 1) Das fazendas de gado dos campos de Palmas. Ora, como as fazendas de gado exigiam quantidade de mão de obra relativamente baixa, o crescimento natural da população cabocla, que nelas vivia como “agregada”, ocupando uma terra que não era sua e de onde extraía sua sobrevivência⁷, mostrou-se inconveniente ao latifúndio, sendo, portanto, forçada pelas circunstâncias da manutenção de sua forma particular⁸ de sobrevivência, a buscar outras áreas;
- 2) Do Rio Grande do Sul. Parte da população cabocla que se dirigiu para o Paraná, portanto, também para o Sudoeste, foi deslocada do Rio Grande do Sul pela imigração européia que para ali se dirigiu. O caboclo, tal como aconteceu nos campos de Palmas, não detinha a propriedade da terra e sendo assim, com a massiva imigração européia que se iniciou em 1824, os proprietários de tais terras passaram a loteá-las e vendê-las aos colonos. Diante de tal quadro, conforme a “colonização avançava mata adentro” como ratifica Willens (1980, p. 71), os antigos moradores iam sendo deslocados e levados a seguir adiante, em busca de outras regiões onde obter a sua subsistência. Das terras envolvidas na Guerra do Contestado. Fazia parte da região Contestada⁹ pelo Paraná e por Santa Catarina áreas de campo, nas quais predominava a criação de gado e de mata, estas últimas “ligadas à

⁷ De acordo com Balhana e outros (1969, p. 198) os campos de Palmas faziam parte da região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Era uma região “ocupada pelos latifúndios pastoris. (...) Ali, os grandes proprietários rurais ocupavam, ainda, no início do século, as posições de prestígio social, econômico e político, porque donos da terra.” Por outro lado, espalhados por estas propriedades se encontrava uma “população numerosa de agregados e posseiros que o sistema do latifúndio não mais comportava, praticando apenas uma lavoura de subsistência e criando alguns poucos animais, em terras que não era sua. Tinham apenas a posse da terra, onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o beneplácito do “coronel” fazendeiro e mesmo ao abrigo do compadrio que o regime paternalista instituíra.”

⁸ Pautada essencialmente na extração dos recursos oferecidos pela mata, bem como no cultivo em pequenas áreas de mata derrubada pelas queimadas. No caso específico do caboclo, o trabalho está voltado para a subsistência do indivíduo e de sua família.

⁹ A disputa das terras contestadas era anterior à criação da Província do Paraná. Balhana (1969, p. 206) destacou que anos antes surgira a “questão de limites entre as Províncias de São Paulo e Santa Catarina, a respeito da linha demarcatória ao norte desta última, justamente na área dos campos de Palmas.” Como a região em questão possuía uma vocação natural para a criação de gado e possuía ainda “extensos ervais nativos”, conforme destacou o mesmo autor, estabeleceu-se, “em consequência em 1840, a questão do Contestado”. A Guerra do Contestado é assim denominada por ocorrer na região contestada, mas ela, ainda que envolva sobre um cunho fanático-religioso traz em sua essência a luta pela terra enquanto meio fundamental para garantir a sobrevivência. Tal fato se evidencia, por exemplo, na mensagem que um dos “fanáticos” deixaria escrita em uma parede da estação São João: “O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertencem à Nação e vende para os estrangeiros, nós agora “estemo” disposto a fazer prevalecer nossos direitos”, ou ainda, na declaração do próprio general Demerval Peixoto ao referir-se à colônia fundada pela Lumber junto à estrada de Ferro – “Aí foram sumariamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das terras devolutas, nas margens do Rio do Peixe.” (As frases mencionadas foram citadas por Balhana (1969, p. 199), e por este extraída da obra de Peixoto (1916, p. 296), denominada de Campanha do Contestado: episódios. Para maiores detalhes da Guerra do Contestado verificar a obra de Queiroz (1966) – Messianismo e Conflito Social.

exploração de ervais e madeira” (Balhana, 1969, p. 198), ambas dominadas por grandes proprietários. Considerando a não absorção por parte dos latifúndios da integralidade da população de agregados e/ou posseira, “tanto os caboclos das zonas de campo, como aqueles das zonas de mata, eram obrigados a seguir adiante, embrenhando-se no sertão, para estabelecer os seus ranchos e roças, intrusando terras ou tirando novas posses.” (IDEM)

2.1 A Forma de Subsistência do Caboclo no Sudoeste Paranaense

Independentemente da região de origem do caboclo, que antes da colonização oficial ocupou o Sudoeste Paranaense, eles tinham em geral uma mesma relação com a terra, a de sobrevivência. Neste aspecto é interessante mencionar que a sua entrada na floresta estava diretamente ligada à forma por meio da qual ele assegurava as condições materiais da sua existência que, como vimos, estava descolada da lógica mercantil.

Ora, enquanto as regiões dos campos de Palmas eram amplamente utilizadas para a criação de gado e evidenciavam a propriedade latifundiária, as áreas de mata contíguas a eles (localizadas no sudoeste paranaense) se colocavam como “terra livre¹⁰”, pois a floresta era um limite não transposto pelo latifúndio para a criação de gado, ainda que não invariavelmente a ele pertencesse na condição de propriedade.

A forma por meio da qual o caboclo garantia a sua reprodução material, bem como à de sua família, resumia-se basicamente a umas poucas atividades: cultivava uma roça em clareira aberta a fogo no meio da floresta; caçava e coletava frutos que a mata oferecia. De acordo com Balhana (1966, p. 29),

[...] os métodos não diferiam do cultivo seminômade, em clareiras abertas a machado e a fogo, que predominava noutras regiões menos altas e mais quentes. O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia¹¹. Semeia-se em outubro, com auxílio de chuços que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta a de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o verdadeiro. A colheita do

¹⁰ De acordo com Queiroz (1966, ps. 19 e 28) os campos de Palmas foram povoados por volta de 1840, enquanto que as florestas a eles contíguas recebiam apenas uma “infiltração sorradeira” por parte dos caboclos.

¹¹ De acordo com o referido autor (1966, p. 28), na região do sudoeste “em parte alguma, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana.”

milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar geadas, depois não ficam sujeitas a gorgulho. Além disto, nem toda gente dispõe de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades.

Como se verifica por esta descrição, a forma de produzir do caboclo visava basicamente garantir a sobrevivência, como reafirma Abramovay (1981, p. 24), o caboclo, “diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava.” Neste sentido o que lhe pertencia efetivamente não era a terra, mas tão somente o fruto do seu trabalho sobre ela, seja ele resultante da lavoura ou da caça que praticava. A afirmativa feita por Abramovay ratifica o já mencionado anteriormente tanto por Dalla Flora (2005), quanto por Carvalho (2009), em seus estudos voltados para o Estado de Santa Catarina.

Lamentavelmente, não raramente o caboclo aparece nos relatos históricos qualificado como preguiçoso e “indolente”. A tal comportamento é muitas vezes atribuída a situação de pobreza na qual vivia. Esta é a impressão que tem dele o colono europeu, como destaca Abramovay (1981) em sua pesquisa feita no Sudoeste Paranaense, e, de forma anterior, o próprio Saint-Hilaire ao se deparar no “planalto paranaense com os casebres e o plantio dos caboclos”, deixando notas que ressaltariam tais adjetivações, como afirma Queiroz (1966, p. 28), ao citá-lo.

Por outro lado, o próprio Queiroz na mesma página relata uma impressão divergente tida por outro personagem que em meados do século XIX “atravessou também muitas roças” viajando por estes sertões, Ave-Lallemant¹². Para este último, de acordo com Queiroz, os caboclos eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos dentro da floresta.

Ao falar dos caboclos que habitaram o Sudoeste Paranaense antes da chegada do colono de origem européia, portanto, antes de 1940, Lazier (s/d, p. 37), reconhecido historiador local, relativiza a idéia desta “existência sem recursos dentro da floresta” ao afirmar: “viviam maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem”. Por

¹² Bibliografia citada por Queiroz (1966, p. 28) – AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pelo Sul do Brasil, no ano de 1858. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1953. Foi possível o resgate desta bibliografia ainda em sua primeira edição e foi possível assim verificar que a referida menção foi localizada envolta em relatos pitorescos do modo de vida e da prestatividade do caboclo.

outro lado, é preciso observar que o significado da riqueza para o caboclo estava muito mais ligado à possibilidade de atender suas necessidades mais básicas, especialmente as de alimentação, que a outros critérios, tais como os adotados pelos colonos oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os “descendentes de europeus”. É, portanto, de tudo o que lhe oferecia a floresta e da condição técnica rudimentar da sua agricultura,¹³ que ele extraía sua existência.

Antes de se prosseguir a discussão, é importante destacar a razão pela qual algumas vezes se repete no texto a expressão, “descendentes de europeus”. Ela se refere aos colonos que ocuparam a região sudoeste paranaense – especialmente a partir da década de 1940 -, substituindo em quase sua totalidade a população cabocla que ali vivia. Notadamente ela trata dos filhos e netos de alemães e italianos e a insistência com que muitas vezes ela é repetida no texto, visa justamente evidenciar aquilo que aparece na própria bibliografia dos autores locais, bem como na caracterização que fazem de si mesmos os próprios habitantes da região, mesmo nos dias de hoje. O que se percebe, nos diálogos estabelecidos com a população local, é a valorização da descendência estrangeira frente à nacional, especialmente quando esta é identificada à figura do caboclo ou do “bugre”, denominações usadas regionalmente tanto para um quanto para outro.

Voltando à discussão, é sob esta forma de vida “natural” que ele – o caboclo - junto com os seus se acomodava, cultivando por meio de tais formas seus valores e conceitos, inclusive em relação à riqueza, que para ele estava assentada na lógica do valor-de-uso. Em sua pesquisa realizada na região em 1980, Abramovay entrevista além dos colonos ou filhos destes, também alguns poucos caboclos que lá ainda se mantinham. Um dos caboclos entrevistados, em uma de suas falas, evidencia aquilo que considerava como riqueza. Segue a reprodução do texto:

¹³ De acordo com Boserup (1987, p. 24), a plantação no meio da floresta, caracteriza diretamente os métodos rudimentares de cultivo. Por outro lado, ela enfatiza que tais métodos, associados a pousios longos permitiam entretanto uma grande produção nos períodos iniciais. Em suas palavras: “Na parcela escolhida para cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas, são deixados nos campos. Semeia-se e planta-se diretamente nas cinzas, sem qualquer preparo da terra e sem outra ferramenta que não, talvez, uma estaca para afastar as cinzas e perfurar o solo. Não é possível usar o arado em terras abertas por método tão sumário. Nem é necessário, pois cinzas abundantes asseguram grande produção se o solo e o clima são razoavelmente favoráveis. As boas colheitas duram apenas um ano ou dois. Portanto, novas parcelas são preparadas todos os anos, enquanto as antigas são abandonadas à invasão da floresta depois de uma ou duas colheitas.” Mais uma vez, considerando-se que a técnica de cultivo do caboclo atende especificamente a rudimentariedade descrita por Boserup, comprova-se a sua viabilidade apenas diante de uma reduzida densidade demográfica.

Eu tava em casa. Disse a patroa pra mim bem cedo. Oi, dá um jeito num sar, num tenho sar pra temperar a panela. Digo, eu não vou. Eu vou matar um tateto. Peguei um cachorro por nome Piri e outro nome Telo, e saí. Fui nos paio, matei quatro tateto e uma paca e curei uma abeia. Vortei rico pra casa – ou num vortei? Má vortei memo. Quanto de carne? Um tateto dá vinte quilo de carne. Uma paca daquela grandona também. Uma abeia gorda quanto de mér dá? Pra os doce, serve de açúcar. Vortei rico porque o conforto da casa eu truche que tava precisando, como é que num vortei rico? (1980, p. 26)

O valor de troca lhe era importante apenas na medida em que lhe permitia trocar um eventual excedente, uma caça, por exemplo, por um pouco de sal. Portanto, cabe ressaltar que as trocas que ele esporadicamente realizava visavam de uma forma geral a obtenção do valor de uso, a satisfação de uma necessidade, e não o valor por si só. Nas palavras de Abramovay (1981, p. 36) ele era um

[...] produtor fundamentalmente natural (e não mercantil), o trabalho do caboclo não é guiado por um plano, por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso de alcance do produtor. (...) É evidente que, não se tratando de uma economia mercantil, a acumulação destes valores de uso torna-se totalmente irracional, desde que ultrapasse as necessidades de consumo do produtor.

Aqui aparece claramente a condição opositiva no que tange ao trabalho desempenhado pelo caboclo e pelo colono, que o substituiria no Sudoeste Paranaense. Para este último, não há sentido em trabalhar apenas para o consumo pessoal. A racionalidade cabocla divergia amplamente daquela que orientava o colono branco. Para o caboclo, produzir além da sua necessidade significava desperdício de energia e de valor-de-uso, conceito este que na realidade ele nem conhecia. O que ele tinha consciência de fato é do que precisava pra viver, o alimento, a vestimenta, a moradia, etc.

Neste ponto, vale ressaltar que as condições vigentes no início do século XX em nada eram propícias ao desenvolvimento na região de uma produção de caráter mercantil. Dentre os elementos retardadores deste processo podemos mencionar: o primitivismo das técnicas de produção do caboclo - haja vista a sua cultura fortemente influenciada pelo indígena; o comércio pouco desenvolvido na região,

devido inclusive à baixa densidade demográfica que até então vigorava; a ausência de estruturas mínimas como estradas.

Considerando-se o exposto, seria possível cogitar que com a vinda dos colonos, com o estabelecimento das correntes oficiais de colonização ocorridas a partir de 1940 e o conseqüente aumento da densidade demográfica, o intuito da produção cabocla ganhasse contorno diverso do até então apresentado, aproximando-se finalmente de objetivos mercantis. Esta é, no entanto apenas uma colocação de caráter especulativa.

Por outro lado, há que se recordar que a população cabocla presente no sudoeste do Paraná na primeira metade do século XIX era oriunda em boa medida da região Contestada, localizada em parte no Estado de Santa Catarina. Alguns autores atestam - dentre os quais Carvalho (2009) -, que de lá eles vieram, movidos pela condição de expropriação a que foram submetidos e se negando a participar de um processo que visava à transformação do seu modo de vida, como já mencionado anteriormente. Neste sentido, parece improvável que na região da qual se ocupa esta pesquisa, tal transformação ocorresse. De outra forma, o que se pode afirmar é que com a vinda do colono “oficial”, não houve tempo para que o caboclo sofresse qualquer influência, seja no que se refere à forma ou aos fins da produção que desempenhava, pois, o que ocorreu a partir daí foi a substituição de uma população por outra, como ratificou Abramovay (1981) e Santos (2008).

Atingido este ponto, é necessário tratar da condição de expropriação vivenciada pelo caboclo presente no Sudoeste do Paraná na primeira metade do século XX. Como já ressaltado, ela não se limita apenas à condição por ele vivenciada na região, mas advém de momentos anteriores e de locais diversos. Um desses momentos pode ser localizado no início do século XX, evidenciado no processo que culminou com a Guerra do Contestado. É neste sentido que o item que segue propõe referenciar os dois processos, que ao fundo remetem a uma questão principal, a da luta pela terra.

Há que se ratificar que não se tem aqui o intuito de versar sobre a guerra do Contestado e sob os seus condicionantes específicos. Para que fosse possível tratar dela adequadamente seria preciso discorrer sobre pelo menos dois aspectos, quais sejam: 1) o aspecto da disputa ruralista que marcou o início da fase republicana, acompanhado do esforço da classe ruralista dos dois Estados em questão, no sentido de aumentar a sua participação na política nacional e transformar o caráter

da agricultura regional, estabelecendo a ela representatividade econômica – o que, por seu turno, significava eliminar a forma “primitiva” de produção desenvolvida pelo caboclo; 2) o movimento religioso que acompanhou a resistência cabocla, denominado por alguns autores sobre a alcunha de “messianismo”, como foi o caso de Queiroz.

Portanto, em face dos objetivos que norteiam este trabalho entende-se que a questão contestada é importante na medida em que espelha o movimento geral do capital. Este, em sua lógica expansiva retira de imensas faixas da população, as condições básicas da sua existência. No item abaixo, apenas enfatizaremos que o referido conflito é uma evidência histórica do processo de expropriação do caboclo. Expulso da terra que ocupava, partiu em busca de outro espaço para refazer a sua forma de vida específica. Para o estudo dos aspectos diversos que ocasionaram e envolveram a Guerra do Contestado recomenda-se especialmente o trabalho de Carvalho (2009) que de forma muito criteriosa tratou da referida temática.

2.2 A Expropriação Cabocla na Região do Contestado

A chamada região do Contestado diz respeito a uma extensão de mais ou menos 40.000 quilômetros quadrados entre o Paraná e Santa Catarina. Era uma área de fronteira. Nestes dois Estados, as principais atividades econômicas eram a criação de gado e a extração da erva mate. Os espaços de exploração destas duas atividades se localizavam em boa parte da região do Planalto Serrano, alvo de disputa dos dois Estados na questão dos limites territoriais. O conflito entre os dois Estados vinha ainda do século XIX, tendo se intensificado ao longo de toda a segunda metade do mesmo. A sua resolução só foi alcançada em 1916. Até então, os dois Estados promoveram inúmeras concessões de terra na região, o que acabava por acirrar o conflito político já instalado. A essa já considerável problemática veio se juntar um outro problema, a disputa por tais terras envolveu uma empresa privada a *Brasil Railway Company* – BRC, uma das empresas do Sindicato *Farcquar*. Vejamos:

A *Brasil Railway Company* em 1909, havia adquirido completamente o direito pela construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande - EFSPRG. Ao adquirir este direito ela também obteve os direitos das terras devolutas localizadas 15 quilômetros a partir das margem da rodovia, ao longo de toda a sua extensão. Grande parte destas terras estava localizada na região Contestada.

De acordo com Carvalho (2009, p. 137), entre “1908 e 1910 os trilhos da ferrovia já atravessavam o Planalto Catarinense acompanhando a margem esquerda do Rio do Peixe, ligando União da Vitória a Marcelino Ramos”. Este trecho foi inaugurado em 1910. Outros, no entanto, foram entregues bem mais tarde. “Foi o caso do trecho “localizado entre União da Vitória e Rio Negro, também no Planalto”, que só foi concluído em 1913”. O mesmo aconteceu com aquele que “ligava a linha tronca ao Porto de São Francisco, inaugurado em 1917”. A partir do momento que a BRC começou a concluir as obras da ferrovia, ela iniciou o processo de regularização das terras a que tinha “direito”, em face da concessão do governo federal. Em função disto ela “começou a medir e demarcar terras em todo o Vale do Rio do Peixe”, como destaca Carvalho (2009, p. 148).

Estas terras estavam em grande parte ocupadas por posseiros, a maioria caboclos. A expulsão desses indivíduos por parte das empresas do grupo Farcquar se deu inclusive pelo uso da força. Em função disto, “[...] muitos posseiros migraram para outras regiões onde ainda era possível ocupar novas terras”. Foi assim que muitos deles se dirigiram para a região do Sudoeste do Paraná.

2.3 Ocupação oficial no sudoeste paranaense e expropriação cabocla

No sudoeste do Paraná, a relação que o caboclo mantinha com a terra não diferia daquela que ele mantivera na região Contestada, seja nas áreas localizadas nos campos de Palmas ou naquelas que faziam parte do Estado de Santa Catarina. Portanto, o regime de apropriação fundiária estava assentado na posse e não na propriedade. A chegada do colono significou, não somente a fixação naquele espaço de um outro povo, com características diferentes das do caboclo, mas a substituição deste e de sua forma de reprodução material. Surpreendentemente, como afirmam diversos autores que estudaram o referido processo, dentre os quais Abramovay (1980) e Santos (2008), ela ocorreu de forma pacífica. Este, por sua vez, de forma alguma pode ser traduzido na ausência de expropriação. Para tirar qualquer conclusão a respeito desta passividade e da ocorrência ou não da expropriação, é preciso olhar o processo de forma mais detalhada.

Buscando tal detalhamento, encontra-se nos dois autores citados, bem como em Lazier (s/d) – neste de forma parcial -, as *justificativas* para que a fixação do colono na área ocupada pelo caboclo ocorresse sem conflitos. De um lado, o colono reconhecia o direito de posse do caboclo e por isso lhe pagava. Por outro lado,

como havia ainda terras por ocupar, como a fronteira ainda estava aberta, ele simplesmente seguia à frente. Em outros termos, para o caboclo, era racional vender ao colono áreas desmatadas e ocupadas por ele até então, e simplesmente “seguir adiante”, em busca de outras áreas nas quais pudesse dar continuidade ao seu modo particular de vida.

O dinheiro que lhe era pago em tal transação era visto, dentro da sua racionalidade, apenas como um fruto a mais que a terra podia lhe dar, a fim de ser convertido em valores de uso de consumo imediato. Abramovay (1981, p. 44) confirma tal parecer ao defender que a “venda” que ele fazia ao colono do “direito de posse” estava dentro da sua lógica de usufruto, ou seja, ele “tentava extrair da mata o máximo possível com a menor quantidade de trabalho”.

Em face do exposto, há que se destacar que a manutenção da forma pela qual o caboclo garantia a subsistência persistiu enquanto amparada nas condições necessárias para que ela existisse, ou seja: enquanto lhe foi possível viver sob a terra na condição de posseiro; enquanto lhe foi possível a manutenção num “regime de apropriação fundiária” que nada tinha a ver com a propriedade jurídica da terra; enquanto a base territorial na qual ele se localizava manteve uma densidade demográfica reduzida. Portanto, atribuir a manutenção da forma de produção cabocla a aspectos tão somente culturais, herdados de seu tronco genético¹⁴ - em parte indígena, é algo extremamente limitador. Nas palavras do próprio Abramovay (1981, p. 24), “mais importante do que esta herança, são as condições que permitem (ou não) a sua aplicação. São as condições materiais que possibilitam ou impedem a manifestação de um determinado patrimônio cultural.”

Por outro lado, há que se ressaltar que com a fixação do colono na terra, o caboclo não podia mais voltar àquelas terras. E é justamente neste quadro que a fronteira a ser ocupada vai se estreitando e, com ela, a possibilidade de que ele conseguisse dar continuidade à sua forma particular de produção.

É considerando este quadro que a chegada ao sudoeste paranaense do colono, oriundo do Rio Grande do Sul de forma predominante, e de Santa Catarina, viria não somente ocupar a área até então mantida pelo caboclo, mas principalmente, substituir a prática de produção por ele empregada, bem como o

¹⁴ Caboclo: mestiço de índio, indivíduo nascido de índio e branco (Dicionário Digital HOUAISS).

regime de apropriação até então vigente que, dentre os pontos já mencionados, exigia para a sua permanência a persistência de uma baixa densidade demográfica.

Corroborando a afirmativa anterior, Boserup (1987, p. 47) menciona que “sob a pressão do crescimento populacional, se intensifica¹⁵ o uso da terra.” A pertinência ou não de tal correlação é, de acordo com Abramovay (1981, p. 27), secundária. Para ele, o essencial a se considerar é que “tão importantes quanto os diferentes regimes de propriedade, os diferentes meios de trabalho empregados na agricultura e as diversas relações que mantêm os agricultores com o mercado através do tempo, é a evolução nos sistemas de utilização do solo.” E neste sentido, como ressalta o mesmo autor, “o desenvolvimento histórico foi nítido no que se refere à pequena produção no Sudoeste Paranaense”, pois a partir da sua colonização o regime de utilização da terra, se alterou substancialmente, ganhando a agricultura - em seus momentos iniciais - um caráter extensivo e diminuindo o tempo de pousio.

Com relação ao último aspecto mencionado no parágrafo anterior, a partir da colonização, tanto o tempo quanto as áreas deixadas em descanso, para a conseqüente recuperação da fertilidade, diminuíram. É com a instalação do colono que tem fim o chamado “pousio florestal”, assim classificado por Boserup, e que se caracterizava por permitir à terra um período superior a 10 anos de descanso. Conforme relata Abramovay, (1981, p. 44) “o fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, foi a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas sócio econômica, mas também étnica e cultural.”

Por fim, é importante mencionar que apesar da impossibilidade de se caracterizar a “economia cabocla” como de caráter “mercantil” - seja em função dos traços culturais sob os quais ela se assentava ou do contexto que caracterizava a região no período em que foi predominante -, havia, conforme indica a bibliografia consultada, a existência de um reduzido comércio mesmo no referido período. É neste sentido que apontou Queiroz (1966, p. 30), ao mencionar: “com o pouco que

¹⁵ O conceito de intensificação do uso da terra está diretamente ligado, em Boserup (1987, p 13-4). , à mudança nos diversos sistemas de utilização do solo, mais especificamente, ao tempo de pousio. Dentro da classificação trazida pela autora tem-se: cultivo com pousio longo ou florestal, cultivo com pousio arbustivo, cultivo com pousio curto, cultivo anual e cultivo múltiplos. Uma breve leitura na obra da autora evidencia que ela é um ataque às teorias agrícolas de cunho malthusiano. Sua preocupação, conforme percebe o próprio Abramovay (1981, p. 31), é o de evidenciar que em uma agricultura na qual não se utiliza insumos industriais o aumento demográfico atua como elemento impulsionador do seu desenvolvimento, portanto, do sistema de utilização do solo. Cabe enfatizar que para entendermos a produção cabocla, não há qualquer comprometimento na utilização da classificação sugerida pela referida autora, haja vista a inexistência do emprego de insumos industriais por parte do caboclo junto à agricultura.

sobra do produto das roças, os caboclos fazem miúdo comércio, na base da troca – com os bodegueiros”.

De outra forma, o mesmo autor mencionou a existência – ainda que incipiente - de alguns poucos caboclos que criavam porcos no mato, visando a venda. A este respeito, o próprio Abramovay (1981, p. 37) mencionou que “entre os caboclos *havia alguns*¹⁶ cujos vínculos com o mercado não eram assim tão esporádicos. Mais abastados que a maioria. Dedicavam-se à criação de gado ou de suínos.” E seja num caso ou no outro a criação “não se apoiava sobre a propriedade da terra nem sobre a formação de pastagens artificiais. Terra livre, a mata estava à disposição dos animais de criação”. Neste contexto, concluído o período de “maturação do produto” ele era conduzido “a pé a frigoríficos que se encontravam muito distantes¹⁷, em Jaguariaíva, Ponta Grossa e União da Vitória” (Queiroz, 1981, p. 37). Note, é importante destacar que este caráter livre da terra, mencionado tanto por Abramovay quanto por Queiroz, não é sinônimo de uma situação permanente, na qual inexistam conflitos que com ela se relacionam e evidenciam a sua disputa. Este caráter livre, mencionado pelo autor, só pode ser entendido por meio da ausência “provisória” de interesse produtivo mercantil e/ou especulativo em relação a elas.

Por outro lado, é importante esclarecer – como destaca inclusive a bibliografia que menciona a sua existência - que a aparente existência de um comércio mais regular, praticado pelos caboclos era *incipiente*. No geral, o que acontecia de forma predominante era a troca em espécie, que se pautava nos eventuais excedentes, como afirmou Queiroz (1966, p. 30).

A reduzida influência da economia mercantil sobre os caboclos da região pode ser inclusive apreendida por meio da percepção que os colonos demonstravam em relação ao trabalho por eles exercido. Para o colono, como afirma Abramovay (1981, p. 39), a partir dos dados qualitativos obtidos em sua pesquisa de campo no Sudoeste do Paraná, “trabalhar para consumir nada mais é que um desperdício de energia” e mais, “entre o trabalho para o usufruto imediato e o ócio puro e simples praticamente não há diferença”.

Como se verifica, o que se percebe em tal concepção é a afirmação da lógica mercantil do produtor mercantil já implícita no colono. Para este, não havia sentido

¹⁶ O destaque no texto não consta do original. O objetivo da citação é evidenciar que a prática regular do comércio era algo bastante incipiente, incomum, ou seja, exercido por uma minoria dentre os caboclos que ocupavam a região na primeira metade do século XX.

¹⁷ A distância média a ser considerada pode ser pensada em termos de 450 a 500 Km.

no trabalho do caboclo porque o trabalho dele não gerava “riqueza” - excedente. O trabalho do caboclo aparecia a ele como ócio por que não gerava “frutos”, não permitia a acumulação. Tem-se aqui, de forma bastante evidente, o fetichismo da mercadoria. O trabalho só é considerado enquanto tal quando materializado na forma mercadoria, mais especificamente, na forma do valor de troca. Assim, aquele que o exerce somente pode ser qualificado como “trabalhador” se do seu “dispêndio de cérebros, músculos, nervos”, resultar algo que permita a acumulação ao proprietário da força de trabalho. É neste quadro que o caboclo, cujo fim passa muito aquém da acumulação, só pode ser considerado pelo colono como sujeito que “não trabalha”, “indolente e preguiçoso”.

Diante do exposto, e considerando a forma como ocorre o processo de substituição do caboclo pelo colono, há que se ter em conta que apesar deste não ter ocorrido sob o uso da força e da violência – ainda que tal afirmativa ainda se mostre surpreendente -, como informa a bibliografia consultada -, não se pode simplesmente considerá-lo de forma natural e como tal, isento de caráter expropriatório.

Ora, quando se considera a racionalidade do caboclo, a função que tinha para ele o dinheiro obtido através da venda do direito de posse da terra, e, por fim, a maneira como a fronteira agrícola se fechou para ele, a partir da ocupação colona, impedindo-o, por um lado de voltar atrás e, por outro, de seguir adiante, tem-se - no caso específico do sudoeste do Paraná -, não somente a sua expropriação da terra, mas também a expropriação de sua forma particular de garantir a reprodução material. O que se quer dizer é que as condições para a manutenção de sua forma particular de produzir, de subsistir, foram sendo cerceadas pelo crescimento demográfico da região, dado especialmente pelo aumento da entrada de migrantes que continuou expressivo até a década de 1970 e, pela redução das áreas de terra passíveis de ocupação na região.

CONCLUSÃO

A retomada da fase da ocupação cabocla no sudoeste do Paraná evidenciou que a referida população se desloca para o Sudoeste do Paraná oriunda especialmente do Rio Grande do Sul e dos campos de Palmas. Tanto num quanto noutro caso ela passa por um processo de perda das condições materiais de reprodução, na medida em que é deslocada da terra da qual extraía a sua

sobrevivência. É em face de tal quadro que ela migra para o Sdoeste, trazendo junto com ela o seu modo de vida que lhe é específico, qual seja, aquele cuja lógica está pautada necessariamente na produção para a subsistência e não na produção mercantil, motivada para a troca. A manutenção do caboclo na região, bem como do seu modo de vida se mantém até a colonização oficial, quando a chegada dos colonos oficiais impõe uma nova lógica de produção, a mercantil, que rejeita totalmente aquela preconizada pelo caboclo.

Acompanhar tal processo de deslocamento e transformação é essencial para avançar no estudo da realidade contemporânea. Não se pode compreender o presente, a forma como se caracteriza a região hoje, a predominância do pequeno produtor, a sua forte base agroindustrial, sem ter claro os desdobramentos históricos que a construíram. Buscar essa compreensão é o intuito que apenas começou a ser desenvolvido neste artigo e que terá continuidade contemplando os seguintes pontos: a apreensão do processo de colonização oficial; a luta pela terra que se trava na chamada revolta dos colonos; a conformação da estrutura agrária regional; modernização agrícola e aprofundamento do capital na agricultura regional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.. **Transformações na Vida Camponesa**: o sudoeste paranaense. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, USP, São Paulo, 1981.
- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953, Vol I.
- BALHANA, A. P., Machado, B. P. e WESTPHALEN, C. M., 1969 – **História do Paraná** – Grafipar, Curitiba.
- BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo, Hucitec/Polis, 1987.
- CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na primeira república**: a guerra do contestado (1912-1916). Tese de Doutorado, UFF, 2009.
- DELLA FLORA. J. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. 1920-1985. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, 2005.
- LAZIER, H. **Francisco Beltrão**: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso. Francisco Beltrão, Editora Folha do Sudoeste Ltda., s/d.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SANTOS, R. A. O **Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. São Paulo, 2008. Tese (doutorado em geografia) – UNESP, Presidente Prudente.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba, Vicentina. 1987.

WILLEMS, E. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, INL/MEC, São Paulo, 1980.